

LAZER EM REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS: PRÁTICAS NO RUC LARANJEIRAS EM ALTAMIRA-PA

MENDES, Francivaldo José da Conceição¹
MIRANDA NETO, José Queiroz de²
SOUZA, César Augusto Martins de³

Recebido (Received): 13-06-2020 Aceito (Accepted): 07-06-2021

Como citar este artigo: MENDES, F. J. C.; MIRANDA NETO, J. Q.; SOUZA, C. A. M. Lazer em reassentamentos urbanos coletivos: Práticas no RUC laranjeiras em Altamira-PA. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 783-808, 2021.

Resumo

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM) entre 2011 e 2019, no rio Xingu, provocou profundas transformações nas relações da população com a cidade de Altamira-PA. Novas espacialidades foram criadas e algumas áreas foram plenamente modificadas pela ação da Norte Energia S.A (NESA), empresa responsável pela execução das obras. Muitos moradores residentes às margens do rio Xingu e de seus afluentes foram removidos e reassentados para os espaços denominados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). Essa nova configuração da cidade revelou uma dinâmica diferenciada das práticas de lazer, caracterizada por novas táticas coletivas de uso e interação com os novos espaços. Objetiva-se com esse artigo analisar o modo pelo qual os espaços de lazer foram instituídos no RUC Laranjeiras, bem como compreender as diferentes práticas de lazer que se manifestam no referido RUC. Para a elaboração desse estudo, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, além da análise de dados secundários da NESA e realização de trabalho de campo ocorrida entre 2018 e 2019, com registros fotográficos e aplicação de entrevistas. Os resultados sugerem a existência de táticas cotidianas de (re)apropriação das práticas de lazer, tanto no RUC, quanto em outras localidades da cidade. No RUC Laranjeiras, evidenciamos a prevalência de práticas não formais e não hegemônicas de lazer em contraposição a uma hegemonia institucionalizada do uso de determinados espaços, sobretudo pelas modificações estruturais implementadas na cidade por ocasião de ações de requalificação urbana, a exemplo de praças, parques, quadras e academias ao ar livre.

Palavras-chave: Lazer. Hidrelétrica de Belo Monte. Reassentamentos Urbanos Coletivos. Altamira.

LEISURE IN COLLECTIVE URBAN RESETTLEMENTS: PRACTICES IN RUC LARANJEIRAS IN ALTAMIRA-PA

Abstract

Building Belo Monte Hydroelectric Plant (UHBM) in between 2011 and 2019 on the river Xingu has led to profound changes in people's relations with the city of Altamira-PA. New spacialities have been created and a few areas have been fully modified by the Norte Energia S.A (NESA) share, the company trusted with work execution. Many local coastal residents living on the shores of Xingu River and their dependencies were displaced and resettled to places known as Collective Urban Resettlements (RUC). This new city configuration revealed a different dynamic of leisure activities, characterized by new collective tactics of use and interaction with the new areas. The article aims to analyze the way in which leisure facilities were set up at RUC Laranjeiras as well as understand the various leisure practices reflected in that RUC. In order to prepare this study, a bibliographical and documentary research was carried out, in addition to NESA secondary data analysis, and field work carried out

¹ Licenciado em Educação Física. Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO/UFPA e em Estudos do Lazer pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer-PPGIEL/UFMG. e-mail: francivaldo.edfisica@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6547-4176>.

² Licenciado em Geografia, Dr. em Geografia e Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA – *Campus* de Altamira), e do Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO/UFPA. E-mail: geoneto@msn.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1939-4866>.

³ Licenciado em História, Doutor em História e Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA – *Campus* de Bragança), e do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia-PPLSA. E-mail: cesar@ufpa.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4530-4844>.

between 2018 and 2019, with photographic recording and interviewing. Results suggest the existence of daily tactics of (re)appropriation of leisure practices, both in RUC as in other parts of the city. In RUC Laranjeiras, we found prevalence of non-formal and non-hegemonic leisure practices in contrast to an institutionalized hegemony of the use of certain spaces, above all by structural changes implemented in the city on the occasion of urban regeneration actions including squares, parks, outdoor courts and gyms.

Keywords: Leisure. Belo Monte Hydroelectric. Collective Urban Resettlements. Altamira.

OCIO EN REASENTAMIENTOS URBANOS COLECTIVOS: PRÁCTICAS EN EL RUC LARANJEIRAS EN ALTAMIRA-PA

Resumen

La construcción de la Central Hidroeléctrica Belo Monte (UHBM) entre 2011 y 2019, en el río Xingu, provocó profundas transformaciones en las relaciones de la población con la ciudad de Altamira-PA. Se crearon nuevos espacios y algunas áreas fueron totalmente modificadas por la acción de Norte Energía S.A (NESA), empresa responsable de la ejecución de las obras. Muchos de los habitantes de las orillas del río Xingu y sus afluentes han sido removidos y reubicados en espacios llamados Reasentamientos Urbanos Colectivos (RUC). Esta nueva configuración de la ciudad reveló una dinámica diferente de prácticas de ocio, caracterizadas por nuevas tácticas colectivas de uso e interacción con los nuevos espacios. El objetivo de este artículo es analizar la forma en que se establecieron los espacios de ocio en el RUC Laranjeiras, así como comprender las diferentes prácticas de ocio que se manifiestan en este. Este estudio fue realizado a partir de la investigación bibliográfica y documental, el análisis de datos secundarios de la empresa NESA y trabajos de campo desarrollados entre 2018 y 2019, durante los cuales fueron tomados registros fotográficos y se aplicaron entrevistas. Los resultados sugieren la existencia de tácticas diarias de (re) apropiación de las prácticas de ocio, tanto en el RUC como en otras áreas de la ciudad. En el RUC Laranjeiras, destacamos el predominio de prácticas de ocio no formales y no hegemónicas frente a una hegemonía institucionalizada del uso de determinados espacios, principalmente por los cambios estructurales implementados en la ciudad durante las acciones de revitalización urbana, como las plazas, parques, canchas al aire libre y gimnasios.

Palabras clave: Ocio. Hidroeléctrica de Belo Monte. Reasentamientos Urbanos Colectivos. Altamira.

1 Introdução

As relações que se desenvolvem no espaço social refletem as diferentes características que regem o modo de organização da sociedade. O espaço possui, dessa forma, tanto a capacidade de influenciar como também de sofrer a influência de diferentes grupos sociais, constituindo-se, segundo Santos (2012), como uma estrutura subordinada-subordinante. Do conjunto de relações que se processam neste espaço, considera-se o lazer como um fenômeno essencial, pois ao mesmo tempo em que demarca a produção de formas-conteúdo destinadas às práticas já consolidadas em determinado contexto espaço-temporal, também induz ações de modo a mobilizar certos grupos a exercer atividades novas, muitas vezes alheias às vontades coletivas.

Entende-se que as práticas de lazer estão associadas, nesse caso, ao conjunto de relações que se entrecruzam no processo de produção capitalista do espaço e são fundamentais à (re)produção de espacialidades urbanas. Por esse caminho, a presente pesquisa busca compreender os tensionamentos constitutivos da produção do espaço, considerando a recente

redefinição das formas-conteúdo expressas na cidade de Altamira em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM). Como um nexos desse processo, o fenômeno do lazer apresenta um importante parâmetro para problematizarmos, de um lado, a ação dominadora e hegemônica de certos atores e, de outro, as táticas coletivas que, pela apropriação e contra-usos da cidade, coexistem resistindo a essa realidade que causa assimetrias e exclusão socioespacial. O “embate” entre essas lógicas mostra-se como um importante elemento para refletirmos sobre esse problema.

Neste artigo, a escolha da categoria espaço se dá por entendermos que existem assimetrias que se originam no processo de produção capitalista em curso. Em Lefèbvre (2001), a produção do espaço não se dá de forma homogênea, reveste-se de contradições, expõe assimetrias. Daí porque o espaço não deve ser considerado palco, receptáculo ou algo passivo sobre o qual se processam ações, uma vez que há, nesse movimento, uma via de mão dupla que age determinando e sendo determinada. Para Carlos (2018), o espaço é condição meio e produto da reprodução das diferentes relações sociais. Dessa forma, a ação dos sujeitos, revela as diferentes formas de ver, viver, dominar se apropriar do espaço da cidade.

Pode-se afirmar, desse modo, que não há uma linearidade na maneira pela qual se configura a relação sociedade-espaço, pois os avanços e recuos, as aproximações e os distanciamentos são elementos essenciais à configuração desse *corpus* social. A forma pela qual o espaço é produzido exerce um papel fundamental na maneira com que as sociedades, nos diferentes tempos, se mobilizam produzindo relações diferenciadas.

O lazer ocorre como um fenômeno não dissociado da categoria “trabalho”, mas igualmente submetido às condições de alienação, de apropriação e de controle, presentes na cidade. Esse fenômeno se revela, por exemplo, quando da modificação dos espaços públicos por projetos de “requalificação”, assim como da produção de espaços insurgentes de lazer, produzidos como contraponto aos espaços hegemônicos.

No caso de Altamira-PA, em específico, a construção da usina Hidrelétrica de Belo Monte foi um importante evento de reestruturação da cidade de Altamira (MIRANDA NETO, 2016), determinando ações de desapropriação, remoção compulsória e redefinições espaciais que modificaram sobremaneira a configuração da cidade. No contexto dessas transformações, instituíram-se os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), cujo objetivo foi abrigar parte da população atingida, que representava mais de um quarto da população urbana do município à época do empreendimento. Esse processo provocou a extinção de inúmeros espaços de lazer

presentes no cotidiano dos sujeitos, bem como possibilitou a inserção de outros, concebidos a partir da visão do empreendedor hidrelétrico.

O RUC Laranjeiras, local onde essa pesquisa se desenvolveu, começou a receber moradores a partir do ano de 2015, vindos, em sua maioria, do Bairro Jardim Independente II, área diretamente afetada pela inundação da barragem, conforme a cota estabelecida no Estudo de Impactos Ambientais (EIA) de Belo Monte⁴. Neste RUC, os reassentados encontraram uma realidade bastante distinta da vivenciada nos seus antigos espaços de residência, uma vez que enfrentam dificuldades relativas a direitos sociais básicos que incluem o transporte público, a própria moradia⁵ e ao lazer.

Por conta da existência do RUC como uma nova espacialidade na cidade de Altamira, desenvolvemos o seguinte questionamento de partida a ser respondido nesse artigo: como se processa o uso dos espaços de lazer por parte da população residente no RUC Laranjeiras? Cabe lembrar que a definição “espaço de lazer” escapa daquilo que é determinado pelo empreendedor hidrelétrico ou pelo setor público, pois é entendido como o espaço que emerge da prática constitutiva dos sujeitos relacionada à dimensão do lazer, podendo adaptar-se ou não ao que é induzido pelos planejadores.

Como objetivo, pretende-se analisar o modo pelo qual os espaços de lazer foram instituídos no RUC Laranjeiras, bem como compreender as diferentes práticas de lazer que se manifestam no referido RUC. A análise em questão é desenvolvida a partir de documentos como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Plano Básico Ambiental (PBA)⁶ de Belo Monte, além da realização de entrevistas com moradores do RUC e a observação sistemática. A base teórica fundamenta-se em estudos do fenômeno do lazer, da produção do espaço urbano e das remoções compulsórias.

2 A dimensão do lazer e a produção do espaço da cidade

Refletindo sobre o lazer no espaço urbano, concordamos com Mascarenhas (2005), que afirma ser esse fenômeno um ato moderno, constituído a partir da reorganização social ocorrida na Europa a partir do século XVIII. A mudança a que se refere o autor, determinou a transição

⁴ A cota de cem metros acima do nível do mar foi definida no EIA de Belo Monte como a cota de segurança que definiu as áreas urbanas que seriam diretamente afetadas pelo empreendimento.

⁵ As casas construídas em concreto armado seguiram um padrão que não se mostrou adequado aos habitantes, gerando bastante reclamação por parte dos reassentados, sobretudo no que tange às dificuldades de adaptação estrutural.

⁶ O Plano Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte, elaborado em 2011, é o documento em que constam os planos, programas e projetos necessários à execução do empreendimento hidrelétrico.

de um sistema agrário-rural para um urbano-industrial, implicando diretamente na maneira com que as pessoas passaram a lidar não apenas com o tempo de trabalho, mas também com o tempo de não-trabalho e, conseqüentemente, com o tempo destinado ao lazer.

Antes de tal mudança, as atividades de trabalho, por vezes, combinavam-se com aquelas que suscitavam a diversão a partir de hábitos e costumes mantidos. Como afirma Thompson (1988), o tempo de trabalho era orientado em função dos ciclos naturais, momento em que a fruição do lazer ocorria paralelo às atividades laborais e vice-versa. Não se objetiva essencializar as práticas de lazer nos diferentes tempos e espaços, muito menos estabelecer uma análise anacrônica ou linear de passagens históricas. O que se pretende é demonstrar que o lazer, enquanto fenômeno social moderno, rompeu com a lógica do cotidiano impondo a necessidade de um tempo livre, cujo sentido remete a sua mercantilização.

Após a primeira revolução industrial, o lazer continuou seu processo de transformação, em que cada vez mais acentuava-se sua condição mercantil. Mascarenhas (2005) define esse acontecimento como sendo o “*mercolazer*”, resultante de uma correlação de esforços envolvendo o público e o privado. Assim, o lazer enquanto direito, torna-se rarefeito, sua ocorrência condiciona-se aos limites de uma indústria cultural, sustentada pela venda de um lazer que deve ser consumido, no pouco e cada vez mais raro, tempo livre. O lazer sucumbe, desse modo, à forma mercadoria.

Por um lado, se a mudança trazida pela inserção de um outro paradigma produtivo interferiu no mundo do lazer⁷, por outro contribuiu para que a classe trabalhadora se organizasse reivindicando-o. No Brasil e na maioria dos países capitalistas, a conquista da jornada de oito horas, o descanso semanal remunerado, as férias com adicional de um terço resultaram de um longo processo cujos protagonistas foram os trabalhadores, muito embora tenhamos que reconhecer que, cada vez mais, esse tempo disponível em relação ao trabalho é dominado pela dimensão do consumo.

Na pós-revolução industrial, as cidades expandiram-se demográfica e territorialmente, muito embora tais condições quase sempre constituíam-se penalizando expressivo número de sujeitos, em geral nas periferias das cidades. Processos como êxodo rural e a periferização potencializam problemas como a mobilidade urbana e, por conseguinte, o acesso ao lazer.

Marcellino (1996), ao refletir sobre o lazer no Brasil considera que o processo de urbanização se constitui num grande desafio, pois se desenvolve acirrando um antagonismo centro-periferia. No Brasil, as periferias dos grandes centros urbanos têm concentrado um

⁷ Refere-se a influência da revolução industrial no campo do lazer.

número maior de habitações implementados de modo excludente, tanto no que se refere às infraestruturas gerais de habitação e saneamento quanto da produção de espaços públicos para práticas de lazer.

No que se refere aos habitantes de periferias mais pobres, estes estão sempre em condição de maior vulnerabilidade quando da aplicação de políticas de Estado e de ação de agentes privados. Um caso recente que retrata bem tal situação ocorreu por ocasião dos megaeventos esportivos realizados no Brasil, em 2014 e 2016: Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas, respectivamente. Naquele contexto, o estudo de Faulhaber e Azevedo (2015), destacaram as estratégias do Estado e da iniciativa privada para, removendo as pessoas pobres de determinados espaços, auferirem vantagens ulteriores com a inserção de projetos imobiliários e ações de requalificação urbana.

O estudo de Lefebvre (1974) revela-se um importante referencial para a compreensão da forma com que o espaço urbano é produzido na lógica capitalista. Considerando que o modo de produção vigente está em crise, necessita-se de espaço para manter sua reprodução, manifestando-se como um elemento da produção da vida e, ao mesmo tempo, da subversão do real. A cidade - como dimensão espacial - aparece na teoria Lefebvrina a partir de problemas concretos, objetivados sobretudo pela metamorfose das formas urbanas. O processo de industrialização faz a cidade explodir, suscitando o fenômeno urbano, isto é, a subordinação da vida cotidiana à lógica urbana, estendendo-se a todos os lugares. O urbano, portanto, engloba e transcende a cidade, tornando-se um fenômeno mundial. O conceito de urbano surge na obra de Lefebvre, portanto, como realidade concreta (o que existe) e como virtualidade (aquilo que pode realmente existir).

Tanto no exemplo dos megaeventos, como no caso da construção da UHBM, embora tenham ocorrido em tempos e espaços distintos, a forma com que se materializa a reprodução ampliada do capital é similar. Tomando-se esses fundamentos, é possível interpretar que o espaço, enquanto expressão da sociedade, pode tanto determinar diferentes práticas como as do lazer, como também pode sofrer influência dos sujeitos e de suas práticas. Há, portanto, na lógica da produção do espaço um *continuum*, sempre inacabado, que transforma e se transforma conjuntamente aos sujeitos.

3 Caminhos metodológicos da pesquisa

Na fase exploratória desse estudo tivemos por base documentos como: a) Lei municipal N° 3208 de 03 de novembro de 2015 que dispõem sobre a declaração do perímetro urbano da cidade de Altamira até a área do “pedral” b) Lei 3092 de 17 de setembro de 2012 que delimita as áreas que compõem os bairros de Altamira, c) Relatórios parciais da Norte Energia S.A, d) O Plano Básico Ambiental, e) Teses, dissertações e artigos que discorram sobre o tema em análise.

Os resultados aqui apresentados referem-se a um estudo realizado entre os anos de 2018-2019 com moradores do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC Laranjeiras). Ao todo foram entrevistados 12 moradores. Dentre os requisitos de inclusão à pesquisa destacamos: ter sido realocado de um dos 12 bairros contidos na Área Diretamente Afetada (ADA Urbana) para o RUC Laranjeiras, aceitar os termos contidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A observação participante e a realização de entrevistas (abertas e semi-estruturadas) constituíram-se nos principais instrumentais técnicos dessa pesquisa. Agentes como: o presidente da associação do bairro, uma professora, um comerciante, uma agente comunitária de saúde, o primeiro morador a ser reassentado no bairro, foram alguns dos sujeitos que forneceram importantes pistas para a sistematização dos dados aqui apresentados. Durante a observação sistemática, privilegiamos alguns espaços como: igrejas, a quadra poliesportiva, o campo de várzea, reuniões nos fins de semana, alguns bares, a lógica de uso do rio contíguo ao RUC, e a dinâmica de algumas ruas do RUC, especialmente a noite.

Esse estudo encontra-se registrado e aprovado junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS)/Comitê de Ética da Universidade Federal do Pará, sob o número CAAE:82131417.4.0000.0018. Foi observado os critérios estabelecidos pela Resolução 466/12 (CNS) que reitera o respeito à dignidade humana e a proteção aos participantes das pesquisas.

4 O Lazer no RUC Laranjeiras

Ao se tentar compreender a concepção e as práticas de lazer existentes num espaço como o RUC, é necessário, antes, lançar um olhar para as forças que antecederam a sua constituição, buscando compreender as aproximações e os distanciamentos que contribuíram para sua

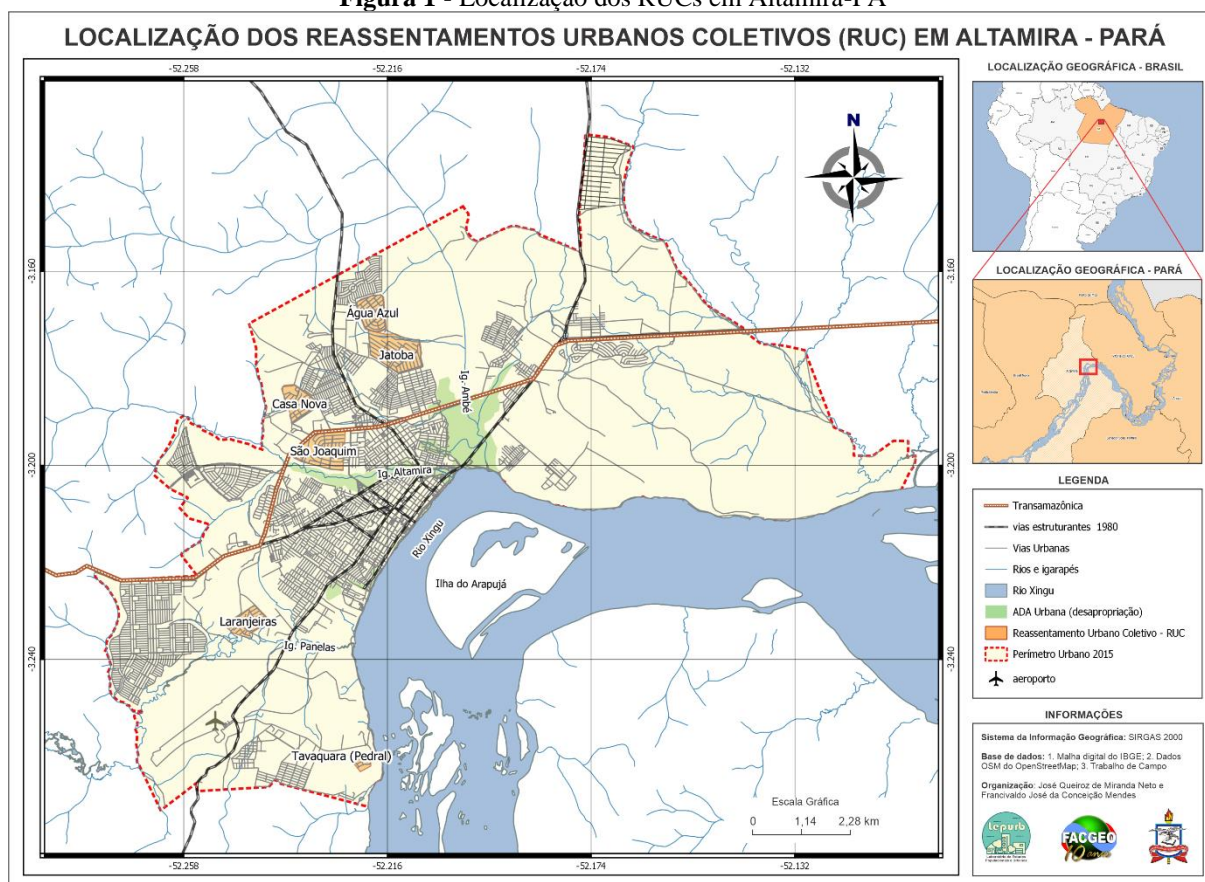
formação. Nesse sentido, falar em RUC exige, necessariamente, recorrer a todo o processo que legitimou a construção da UHBM, iniciada ainda em 2011 no rio Xingu.

O Programa de Reassentamento Urbano Coletivo da população diretamente afetada está previsto no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), em seu volume 33, constituindo-se, pelo menos no aspecto legal, numa condição necessária à implementação da UHBM. Além desta previsão, destacam-se duas Licenças: a Licença Prévia (LP) nº.342/2010, de 01/02/2010 e a Licença de Instalação (LI) nº. 770/2011, de 01/06/11, somadas ao Plano Básico Ambiental-PBA (2011), documento que pormenoriza as etapas de inserção dos reassentamentos urbanos coletivos dentre outras ações inerentes a obra.

As pesquisas censitárias realizadas pela Norte Energia S.A (NESA), entre os anos de 2007 e 2008, indicaram a presença de 16.420 pessoas residindo no perímetro localizado dentro dos limites da cota altimétrica de 100 metros acima do nível do mar, muito embora até hoje esse quantitativo seja questionado por pesquisadores e movimentos sociais, que afirmam que a empresa subestimou o número real de pessoas atingidas.

Depois de vários tensionamentos com a população atingida, com os órgãos representativos da justiça, com a Prefeitura Municipal de Altamira (PMA), com as incorporadoras, os espaços previamente selecionados para compor os RUC, que inicialmente eram 17 (dezesete), foram reduzidos a 05 (cinco), representados abaixo.

Figura 1 - Localização dos RUCs em Altamira-PA

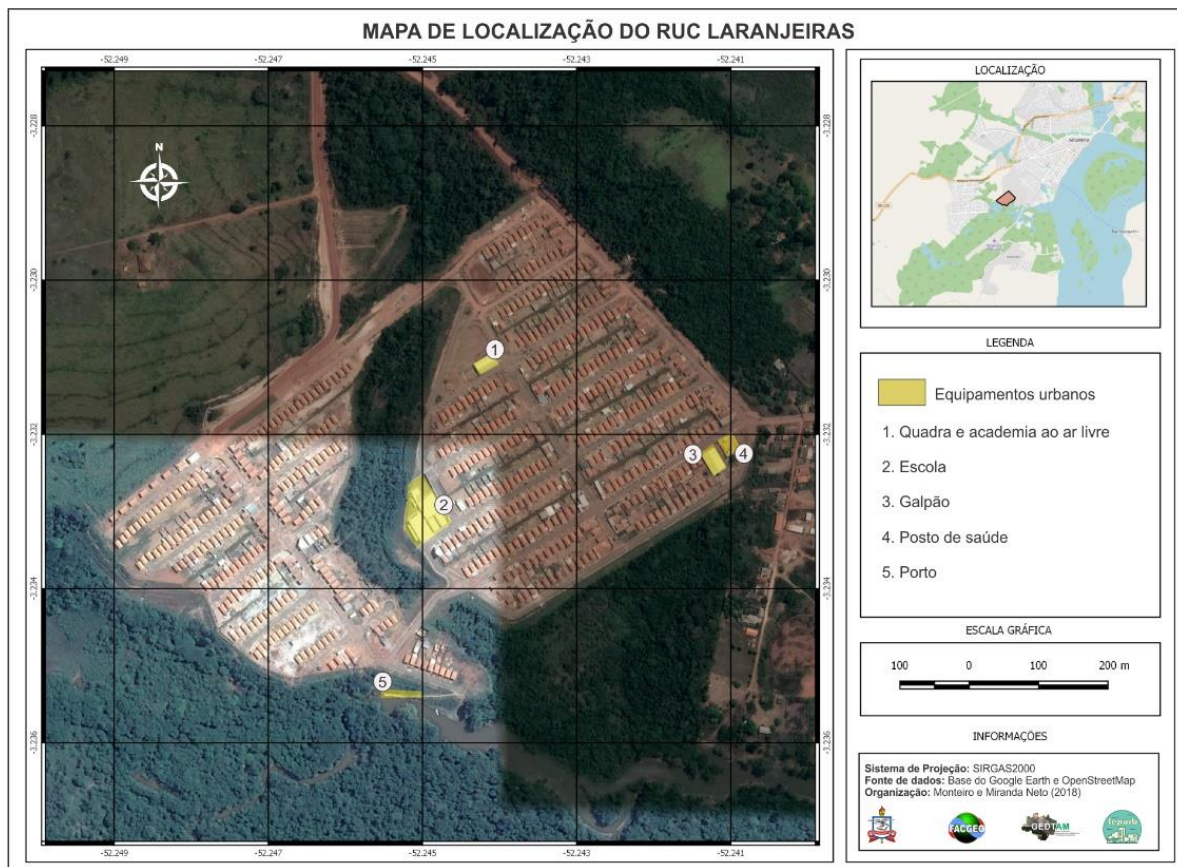


Fonte: Miranda Neto e Mendes (2021).

A origem da denominação “Laranjeiras” não consta nos documentos oficiais da gestora, nem da PMA, embora boa parte dos moradores atribuem-no a uma antiga plantação de laranjeiras existente na entrada do RUC. Sobre isso, o entrevistado 5 narra: “por que aqui tinha... os donos antigamente tinham muita laranjeira aqui, inclusive se você entrar no bairro, você olhar à esquerda ainda tem muita laranjeira”.

A figura 02 apresenta o RUC Laranjeiras dividida por uma faixa de floresta secundária, local onde não se percebeu interação da população com esse perímetro. Paradoxalmente, muito embora o espaço esteja localizado no interior da Amazônia brasileira, notamos uma presença muito rarefeita de áreas verdes, somado ao fato de possuir ruas estreitas, características que limitam a interação dos sujeitos com os espaços de lazer.

Figura 2 - Mapa de Localização do RUC “Laranjeiras”



Fonte: Monteiro e Miranda Neto (2018)

Durante o processo de implementação da UHBM, foi notória a perda de referências territoriais por parte daqueles sujeitos diretamente atingidos. Essas perdas irradiam-se tanto pelas dimensões materiais, quanto por aspectos simbólicos relacionados, sobretudo, às práticas mantidas com o Rio Xingu, suas praias e suas fluvialidades. Paradoxalmente, existe um esforço por parte da NESA em manter as pessoas distantes de certos locais, ordenando a relação das pessoas com o rio e suas fluvialidades.

É necessário observar que RUC Laranjeiras não é produto do acaso ou apenas reflexo de uma norma programática contida em documentos oficiais. É, tal como outros espaços de reassentamento urbano, o resultado de enfrentamentos, de tensionamentos que envolveram movimentos sociais, empreiteiras, gestores de diversas entidades, empresários e sujeitos locais, sobretudo, aqueles diretamente afetados.

Os moradores do RUC Laranjeiras são, em sua maioria, ex-moradores do bairro Jardim Independente II, perímetro localizado nas imediações do igarapé Panelas e do rio Xingu na altura da “praia do pepino”, espaço referência para os moradores daquele bairro e da cidade em geral. O “pepino” como fora informalmente nomeado pela população, constituía-se num

importante local de lazer, frequentando, sobretudo, aos fins de semana. Atualmente, a área em questão passou por um processo de requalificação desenvolvido pela NESA⁸.

O processo de deslocamento das pessoas da ADA Urbana para o RUC Laranjeira teve fim em outubro de 2015, com o total de 577 famílias realocadas (NESA, 2016). Um aspecto que merece destaque é a previsão contida no PBA de que nenhum morador deveria ser reassentado numa localidade distante a mais de 2 quilômetros da sua antiga morada. No contexto da UHBM, a falta de interesse por parte da concessionária, somada a questões de ordem jurídico-administrativa, acabaram impondo uma realidade em desconformidade com as determinações contidas no referido plano.

Essa configuração espacial tem relação direta na forma com que as pessoas passaram a estabelecer relações com os espaços de lazer, uma vez que há a necessidade de se deslocarem para outras localidades da cidade para vivenciarem suas práticas. Como complicador dessa realidade, tem-se as restrições impostas pela pouca mobilidade urbana de Altamira. De acordo com dados da Câmara Técnica 05 do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (CT-5 PDRSX, 2017), os núcleos familiares dos residentes nos RUCs são compostos por mais de 04 (quatro) pessoas.

Todavia, sem um modal adequado para transporte de todos esses membros, as pessoas acabam optando pelos serviços de transporte público, em geral abaixo da demanda. À época da realocação da população, as tarifas do transporte público no município estavam acima da média estadual, custando até R\$ 5,00, muito acima dos R\$ 2,70 cobrados na região metropolitana de Belém, por exemplo.

No caso de Altamira, no contexto de Belo Monte, dos RUCs e da ineficiente prestação serviços públicos, notamos uma interconexão que reflete na estrutura social local. Acreditamos que esta interconexão não é somente efeito da maneira com que se reproduz o capital, mas igualmente pode ser causa desse conjunto de mudanças em curso na cidade e na vida das pessoas. Notamos que tais mudanças potencializam-se quando da inserção de ações que restringem, ordenam e limitam o modo com que as pessoas interagem com os espaços da cidade.

Todavia, mesmo no contexto de estratégias que visam ao domínio do espaço, das suas formas-conteúdo, notamos táticas coletivas que, fazendo frente à lógica hegemônica, constituem em re-existências. Essas “insurgências” ou, conforme Leite (2002), esses “contra-

⁸ Consta no volume 33 do EIA (2009) diversas ações de intervenção por parte da NESA, denominadas de Plano de Requalificação Urbana, incluindo-se também em relação ao lazer a previsão de: Programa Restituição/Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer.

usos” da cidade, ajudam-nos a entender essa tensão que subsiste como condição, meio e finalidade da produção do espaço urbano.

Coexistem, de acordo com Leite (2002), práticas de apropriação variadas que remetem a uma ideia de pertencimento, de territorialidade. Tudo isso se dá em meio a uma ideia de uniformização do espaço e das práticas pela já mencionada ação requalificadora.

Ainda no contexto de obras que visam requalificar os espaços, citamos o trabalho de Leão e Lima (2016), realizado na cidade de Belém-PA, cuja investigação analisou o processo de reassentamento da população em decorrência do projeto da macrodrenagem nas bacias do Uma, da Estrada Nova e do projeto Tucunduba, além das obras ligadas ao complexo do Portal da Amazônia. Nas palavras das autoras, no Brasil, as ações que visam requalificar o espaço urbano têm seus primeiros atos ainda na década de 1930⁹, tendo sido acirrado a partir de 1980 com a ideia de “*Cities without slums*” (cidades sem favelas).

No caso de Altamira, a emergência de uma obra do porte da UHBM acabou reordenando a forma com que as pessoas passaram a se relacionar com a cidade, sobretudo quando a dimensão analisada é o lazer. No RUC Laranjeiras, notamos diversas interações dos sujeitos, tanto a partir dos espaços planejados, quanto naqueles informais. Essa realidade demonstra um cenário em disputa caracterizado por uma visão ordenadora dos espaços e de relações e, de outro lado, uma lógica que subsiste ante a essa dinâmica. Nessa contraposição, que nos parece ser antagônica, mas ainda assim coexistente, é nítida a ideia do lazer público que se apresenta em geral de forma ordenada, visando formalidade no uso e no espaço e aquele lazer que emerge da contra racionalidade dos espaços e dos usos hegemônicos.

Na interseção do lazer público que, geralmente, é ordenado e o lazer subjacente da contra racionalidade, dos espaços informais, em geral ligados ao espaço do cotidiano, do espaço da casa, podemos notar o que Magnani (2003) denominou de pedaço, conceito que denomina a relação entre o privado e o público, isto é, um espaço intermediário onde os limites da sociabilidade, relativa aos vínculos da família, aquelas mais consolidadas sobressaem àquelas relações mais individualizadas. Na categoria pedaço, expressam-se relações que articulam laços de parentesco, vizinhança e outras dimensões relativas ao cotidiano, por isso mesmo, mais cristalizadas.

Nesse ponto, é importante considerar dois aspectos que envolvem o lazer no RUC Laranjeiras: o primeiro; tem a ver com o sentido que é atribuído a esse fenômeno pelos moradores daquele espaço, o conceito prático de lazer. O outro aspecto, diz respeito a

⁹ Sobre esse assunto ver Bahia (2012)

compreensão de quais espaços de lazer existem no bairro. A compreensão dessas diferentes perspectivas permite avançar na discussão considerando os usos, os contra usos, as apropriações e as recriações presentes no cotidiano do RUC.

Nas conversas empreendidas com um dos moradores, comerciante, 42 anos, obtivemos a seguinte afirmativa sobre os espaços de lazer disponíveis no RUC: “tem a quadra de esporte do bairro, tem a ‘academiazinha’ ao ar livre e tem o barracão comunitário que seria a feira, que por enquanto tá parada por falta de movimento, de dinheiro. Tem esses três” (ENTREVISTADO 01, 2018). Da narrativa, destaca-se a compreensão do morador atribuída a um espaço aqui entendido como não formal. O barracão comunitário, mesmo não tendo dentre sua finalidade a promoção do lazer, acabou se constituindo num espaço privilegiado, haja vista o reconhecimento do espaço pelos moradores como potencial indutor do lazer. Ao que se notou, a restrição na oferta de espaços evidencia outros traços presentes no cotidiano das pessoas, ao mesmo tempo em que estas imprimem valores a outros espaços, remetendo múltiplas formas de interação.

Ainda sobre a concepção de quais espaços de lazer estão disponíveis no RUC, a Entrevistada 3, 30 anos, professora e residente no RUC desde junho de 2015, emite uma percepção não tão positiva sobre as opções disponíveis. Para a moradora, os locais de lazer resumem-se a quadra poliesportiva, cujo local não frequenta: “eu não vejo nenhum, por que o único que tem é a quadra, que poderia ser, mais não vejo, tem pessoas frequentando, mas é pouco” (ENTREVISTADA 03, 2018).

Durante o período em que se manteve conversas com a moradora notou-se pouca identificação desta com o RUC, talvez porque suas relações de amizade, parentesco e convivalidade estão concentradas majoritariamente fora do RUC, sugerindo uma interação pouco consolidada com os demais moradores do espaço. Ao contrário do que mencionou o entrevistado 01, a entrevistada 03 faz questão de eleger outros espaços da cidade como locais em que vai com sua família para a vivência do lazer, evidenciando sua pouca vivência com os espaços do RUC.

A quadra a que se refere a entrevistada 3 é representada na fotografia da figura 3 e segue o padrão das demais existente em cada um dos cinco RUC. Durante o dia é rara a presença de moradores utilizando o espaço, cenário modificado no período da noite, pela presença, sobretudo, de jovens praticando futsal. O horário de maior concentração desses usuários ocorre entre 18 e 20 horas. Após esse horário ocorre o esvaziamento do espaço, justificado sob o argumento de que é perigoso permanecer na rua. A exemplo da quadra, a academia ao ar livre

tem alguns praticantes nas primeiras horas da noite, não tendo sido notado a presença de um profissional de Educação Física na condição de animador cultural, nem de projetos permanentes no espaço.

Figura 3 - Quadra poliesportiva do RUC Laranjeiras



Fonte: Mendes (2017).

Dentre os fatores que cooperam para a pouca presença de usuários nos espaços de lazer formais do RUC, dois se destacam: o primeiro, relaciona-se ao fato de a maioria das pessoas trabalharem na região central da cidade, distância significativa para a dinâmica urbana de uma cidade média amazônica. O segundo fator diz respeito ao fato de que os espaços construídos pela NESAs pouco ou nada têm das aspirações da população residente no RUC, somada a inexistência de um profissional da área da Educação Física no local. Embora não tenhamos resultados que nos possibilitem fazer tal afirmação, podemos destacar o fator da (in)segurança, deflagrado pela violência urbana, como um limitador a uma maior interação dos sujeitos com os espaços de lazer existentes no RUC.

Somam-se a essas características, a pouca legitimidade de que dispõe a NESAs em relação ao conjunto dos moradores e aos desafios emergentes do cotidiano. Na fala do entrevistado 4, há o destaque para a ingerência da NESAs, que se explica pelo fato de não ter disponibilizado um terreno onde pudesse ser construído uma área de lazer condizente com os anseios da população do RUC, tornando o ambiente sem opção de lazer, nas palavras do interlocutor:

Lazer não tem nada. Na verdade, o lazer daqui mermo é um sofrimento do pensamento que nós tínhamo antes, que onde eu morava tinha uma praça, tinha igreja pra você ir numa igreja adequada, igreja católica, tinha algumas igrejas de crente mais ainda não pronta né pra, pra eles conseguirem os terremos foram dificultoso com a Norte Energia. A Norte Energia não liberou esses terremos pro pessoal construir igreja também e a área de lazer que tem aqui é um sofrimento que nós tamo passando, porque nós, nós não tem uma puxada onde nós, nós morava nós tinha na casa pra fazer um churrasquinho. Aqui nós não pode fazer (ENTREVISTADO 4, 2018).

A “puxada” a que o morador se refere é uma estrutura anexa à residência, permitindo entre outras situações, reuniões entre amigos, eventuais confraternizações e o habitual churrasco de fim de semana. Em Altamira, eventos como os narrados são comuns no cotidiano das pessoas, constituindo-se a partir de arranjos de informalidade, caracterizados por uma rede de amizade que ultrapassa os limites dos bairros. A colaboração mútua entre os membros do RUC em ocasiões como essa reitera alianças, fortalece amizades, reafirmando o que Magnani (2002) denominou de pedaço.

Marcellino (1996) compreende que o fenômeno do lazer se articula a duas grandezas: a primeira, ligada a atitude das pessoas e a segunda ao tempo disponível¹⁰. Em todo caso, o tempo precisa estar desvinculado das obrigações familiares, religiosas, profissionais, entre outras. Importa destacar, no entanto, que essa definição não pode ser entendida como sendo o lazer uma antítese do trabalho, muito menos encarar sua existência atrelada a uma dimensão utilitarista, em que sua prática serviria como uma compensação da jornada de trabalho, alienando por isso sua prática e quem dela se apropriasse.

Sobre a caracterização do lazer, o entrevistado 5, 37 anos, servidor público, compreende como estando ligado, majoritariamente, a dimensão esportiva (futebol), ressaltando também a importância desempenhada pelo Rio Xingu como espaço de lazer. Sua narrativa considera a implementação da UHBM como um marco temporal, do qual é possível situar o lazer antes da obra e no momento atual:

a terminologia do lazer para mim ela era mais centrada mais em esporte né, mas em... era no que mais me identificava mesmo. Porém, com o tempo a gente veio observar que é muito mais que isso. A pré.., momentos pré.., pré Belo Monte ainda, lá no Independente II o lazer ele estava fixado em duas coisas: futebol, basicamente fora, inclusive fora do bairro, apesar de ter local para jogar bola lá no independente 2, eu jogava na Universidade. A outro lazer, ah ta, por ser perto a gente tomava banho no rio, todos os dias (ENTREVISTADO 05, 2018).

¹⁰ Marcellino (1987), ao contrário de outros teóricos, não compreende o lazer como sendo efeito de um tempo livre, para ele o tempo nunca está totalmente livre, daí a opção pela categoria do tempo como algo disponível.

Além das demais atividades ligadas ao lazer descritas no caso acima, tanto a prática do futebol, quanto o acesso ao rio Xingu desempenham papéis centrais na vida dos moradores de Altamira. No caso dos moradores do RUC, o espaço mais destacado é a praia do “pipino”, local que articulava uma intensa relação dos moradores com a margem do rio. Na altura da referida “praia”, grande parcela da população se dirigia para tomar banho, jogar bola, preparar eventualmente um churrasco. Atualmente, as pessoas vão com menos frequência ao espaço, que depois do processo de requalificação cumpre a função de um porto. A narrativa abaixo evidencia algumas dessas relações:

A referência é a praia do pipino. A referência do lazer na questão de banho era o pipino. Geralmente família. Pipino era família. Com meus amigos era mais futebol, vôlei ou alguma, algum passeio por aí. No pipino de lazer só tinha mesmo o rio. Não tinha algo diferente para fazer lá. Era basicamente tomar banho e tentar pescar alguns. Tentava [pescar], mas nunca se viu alguém fazer grande pescaria lá era raridade pegava umas isquinhas ali e outras lá, mais era o banho mesmo. A água era limpa, até porque ela ficava acima de onde descia o esgoto né (ENTREVISTADO 5, 2018).

No primeiro momento, o morador apresenta o espaço da praia do “pipino”, destacando sua relação de identificação e pertencimento, ao mesmo tempo em que estabelece uma espécie de categorização do espaço que, nas palavras dele, é um ambiente familiar, diferenciando-se de outros em que ia com seus amigos “*por aí*”. Atualmente, esse morador não mais frequenta o antigo espaço onde morava, por considerar que não lhe oferece mais opções de lazer a partir do rio. Suas relações de lazer atualmente estão voltadas para fora do RUC, sobretudo nos espaços como sítios e chácaras presentes na área periurbana de Altamira.

Em Altamira, desde a emergência da UHBM e da concepção dos RUC, os espaços formais de lazer não foram dimensões consideradas essenciais, haja vista que se gerou uma espécie de invisibilização deliberada do lazer enquanto direito, fato que se constata na ausência dessa dimensão nos discursos oficiais e nos documentos que embasaram a implementação do empreendimento. Ainda assim, os dados sistematizados nesta pesquisa não contemplam por completo os acontecimentos no cotidiano do RUC. Os estudos de Magnani (2002) e Leite (2002) têm sido um relevante parâmetro para pensar práticas cotidianas a partir do uso não hegemônico do espaço, evidenciando os contra-usos¹¹, constitutivos de um fazer social distinto dos marcadores normatizadores dos espaços e das práticas que deles possam emergir.

¹¹ Por contra-usos dos espaços Leite (2002) entende como sendo o sentido prático atribuído a determinada ação num espaço que visa romper com uma lógica hegemônica empregada naquele espaço: “constituem-se em um contra-uso capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado, como também de possibilitar que o espaço que resulta das “estratégias” se cinda para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam” (p.122).

Leite (2002), desenvolve essa noção de contra-usos a partir da dinâmica estabelecida em um bairro requalificado da grande Recife. Para o autor, os usos não hegemônicos presentes na cidade indicam reapropriações e reafirmam práticas relevantes num espaço modificado. Essa postura de interação não hegemônica subverte o uso formal atribuído a determinados espaços presentes na *urbe*.

Ao longo dessa pesquisa, foi possível observar várias dessas ocorrências, destacando-se a importância desempenhada pelos quintais e pelas ruas na concretização dessas práticas não normatizadas. Exemplos como o churrasco no fundo do quintal, os aniversários entre famílias, os grupos de vizinhos constituem-se em atividades não eventuais e marcantes no cotidiano dos moradores do RUC. A narrativa a seguir destaca algumas dessas práticas:

E aí se tu passar a noite nossa rua aqui vira um campo de futebol, não aqui pra cá, por que sou muito enjoado, (risos) mas pra lá. Outra coisa, tu tem que ver a molecada, tudo brincando de bola, amarrando rede de vôlei, sinalizando a rede dum porte no outro. Essa rua aí, que vai até no final, na outra esquina ali eles amarram uma rede de vôlei. Não é igual a gente brinca não, mas dar pra brincar, toda noite eles tão brincando aí (ENTREVISTADO 2, 2018).

O depoimento evidencia a capacidade com que as pessoas recriam permanentemente realidades em que o lazer está presente como prática de desenvolvimento humano. Notadamente, práticas como as descritas pelo morador reconhecidamente compõem o universo cotidiano do bairro e da dinâmica social vigente, são por isso mesmo, reconhecidamente relevantes ao conjunto de sujeitos pois, em certa medida, orienta a maneira com que as relações no campo da interação e da sociabilidade pelo lazer se constituem.

Ainda assim, mesmo considerando que tais ações necessitam ser levadas em consideração, entendemos que esse conjunto de práticas não deve se constituir em regras às políticas públicas do lazer. Ao contrário disso, o Estado deve assumir seu papel enquanto ente federativo e avocar tal prerrogativa propondo, em conjunto com as pessoas, políticas públicas de lazer.

De outro modo, as práticas destacadas resumidamente pelo morador 02, quando consideradas, podem constituir-se em referências à implementação de políticas públicas do lazer na cidade de Altamira, exatamente por refletirem práticas que são legitimadas no cotidiano dos sujeitos do RUC.

Outro aspecto marcante diz respeito ao fato de que, apesar dos sujeitos entrevistados advirem de diversos bairros da cidade, quase todos indicam o rio como sendo um espaço com relevância central em suas vidas cotidianas. Essa centralidade é desempenhada pelo igarapé “Panelas”, afluente do Xingu.

O entrevistado 6, 29 anos, reitera o que referenciamos, pois mesmo não indo com a mesma frequência ao rio Xingu, o “braço do igarapé” panelas se constitui num espaço de lazer para ele e sua família: “aqui infelizmente [lazer] familiar aqui não tem, a não ser o braço do garapé que passa no fundo do meu quintal, fiz dele um lazer pra mim e minha família, mas do resto não tem aqui no bairro” (ENTREVISTADO 6, 2018, grifo nosso).

O “braço do garapé” a que o morador se refere é o Igarapé Panelas, afluente do Xingu onde foi construído um atracadouro para pequenas embarcações fluviais. Ao que se percebe, o pequeno porto é pouco utilizado para o objetivo a que se destinou originalmente, pelo fato de que boa parte dos moradores, que atualmente moram no RUC, desfizeram-se das suas embarcações, dada a grande distância do rio Xingu até suas casas, somado ao fato de não possuírem logística adequada para transportá-las. A figura 4 apresenta o espaço mencionado, atualmente utilizado para banho, pesca e outras atividades fluviais.

Figura 4 - Trecho do igarapé panelas no RUC Laranjeiras



Fonte: Mendes (2018).

Em conversa com o Entrevistado 7, morador da rua C, 47 anos, comerciante, ex-morador do bairro da Brasília, este destaca os principais impactos trazidos por Belo Monte,

bem como sua relação com os espaços da cidade antes da emergência da obra. Na conversa, descreveu atividades que corriqueiramente realizava, sempre referenciando o rio Xingu como espaço privilegiado de lazer. Quando já finalizada a entrevista, o morador retoma o diálogo reafirmando o papel desempenhado pelo rio “Panelas” na indução do lazer no RUC: “só a área de lazer que não contei que era a beira do garapé, tem o garapé, o garapé dos panela que também é área de lazer, que toda tardezinha a meninada aqui vão aí se refrescar na beira do garapé lá” (ENTREVISTADO 7, 2018).

Como mencionado, essa realidade expõe alguns cenários: um deles caracteriza-se por uma espécie de inviabilização das práticas de lazer desenvolvidas pelos sujeitos no dia a dia; e o segundo, pelo negligenciamento intencional por parte de certos setores federativos. As formas e práticas criadas e mantidas pelos sujeitos configuram-se em contraponto a essa realidade, na medida em que escapam ao reducionismo burocrático contidos nas proposições e ações da NESAs e nas intervenções do ente municipal.

Em uma visita ao RUC, no ano de 2018, foi possível notar a materialização de boa parte do cenário descrito ao longo dessa pesquisa. No referido evento, além da atividade que motivara o convite, havia outros eventos indicando um cenário dinâmico e permeado por redes de sociabilidade a partir de atividades de lazer. As crianças jogando bola na rua, jovens e senhoras conversando na frente das casas, o karaokê entre vizinhos, reafirmavam a pluralidade de ações presentes no “pedaço”.

Na frente, um “churrasquinho” aberto congregava moradores daquela e de outras quadras do RUC, ocasião em que era possível ouvir música e estabelecer outras atividades no tempo livre. As crianças e adolescentes retornavam da quadra onde o “pega-pega” tornara aquele espaço mais lúdico. As relações no referido espaço são muito bem estabelecidas e conectadas num emaranhado de sociabilidade, negando as generalizações estereotipadas sobre espaços como os RUC.

Em São Paulo, Magnani (2007) descreveu uma situação similar quando, ao estudar a população surda de uma parte da cidade de São Paulo, identificou códigos e ordenamentos próprios daquele grupo, cujo compartilhamento coletivo sugere quem pertence ou não ao “pedaço” (MAGNANI, 2007, p. 10-15).

A narrativa acima, sistematiza a partir de uma visita realizada ao RUC, indica que, embora as normas condicionantes da UHBM não tenham elegido o lazer como parte essencial do projeto, é possível notar que as pessoas constantemente recriam e se apropriam de atos que sugerem diferentes vivências do lazer, reiterando que qualquer espaço é socialmente produzido.

Do mesmo modo, é possível afirmar que as pessoas residentes num espaço como o RUC possuem rotas definidas para vivenciarem práticas do lazer e que, ao contrário do que parecem, tais pessoas constituem densas redes de sociabilidade a partir do lazer.

Assim, ainda que do ponto de vista formal, os sujeitos dessa pesquisa pouco reconheçam possibilidades de lazer nos seus respectivos espaços, suas narrativas evidenciam outras localidades da cidade para onde se deslocam estabelecendo condições favoráveis à prática do lazer, conforme se verifica na narrativa do entrevistado 02:

Eu continuo praticando o mesmo que eu praticava antes deu vim morar aqui, no início eu jogava bola no “society”¹², mas, sempre tem como sair, o problema que é mais longe.....Poli¹³, Anísio, Catedral¹⁴ mesmo, essas escolas (ENTREVISTADO 2, 2018).

Nas palavras do morador, suas práticas do lazer continuam inalteradas, fato que indica vivências para além dos limites geográficos do RUC. Ao que se notou, as atividades elencadas concentram-se em bairros centrais da cidade, justificado pela existência precária de espaços e equipamentos no RUC, amigos que moram no centro ou em bairros próximos ao centro da cidade.

Conforme tem-se demonstrado, mesmo diante da precariedade dos espaços formais de lazer no RUC, os sujeitos acabam circulando pela cidade, estabelecendo relações com espaços e demais sujeitos. Notou-se moradores do RUC frequentando o Ramal do Cocos distante a mais de 20 quilômetros de sua casa, ou ainda participando com frequência de jogos nas quadras de futebol “society” localizadas sobretudo no bairro do Premem, frequentando a orla da cidade (concha acústica) para a prática do “new dance”, projeto de dança que além de funcionar na concha acústica às segundas, quartas e sextas-feiras, ocorre de forma itinerante nas principais praças da cidade, cuja maioria do público segue esse circuito, incluindo moradores do RUC Laranjeiras.

Considerando as particularidades presentes na organização de qualquer grupo social, não é razoável a compreensão baseada em inferências generalistas. Por isso mesmo, exige-se um olhar cuidadoso e atento para não se reproduzir verdades fáceis, superficiais, a respeito de

¹² Expressão que indica a prática do futebol em uma quadra de grama sintética. O aluguel desse espaço, em média custa R\$ 70,00 a hora.

¹³ “Poli e Anísio” no contexto do diálogo, referem-se às Escolas: “Escola Estadual de Ensino Médio Polivalente de Altamira” e “Escola Municipal de Ensino Fundamental Anísio Uchôa”. Em ambas as escolas, existe quadra poliesportiva cujo uso é cedido pelas direções das mesmas para alguns grupos da cidade que praticam voleibol em Altamira.

¹⁴ “Catedral” é o nome dado a uma quadra poliesportiva localizadas às proximidades do rio Xingu e nos fundos de uma Igreja Católica cuja paróquia a que está vinculada dá nome a referida quadra.

uma determinada realidade ou processo. O estudo de Magnani (2002) contribui para uma abordagem mais qualificada, subsidiando um olhar mais atento às peculiaridades presentes nos grupos sociais. Para o autor, um olhar de “perto e de dentro”, estratégia que se opõe a visão de “fora e de longe”, fornece pistas para uma melhor compreensão da realidade urbana, possibilitando observar os usos e os contra-usos empregados aos espaços.

A observação realizada ao longo dessa pesquisa evidenciou táticas desenvolvidas pelos moradores do RUC, constituindo-se em parâmetros heterogêneos tanto na forma quanto no método. Tais práticas aqui destacadas indicam relações com outros bairros, reafirmando a concepção de novas espacialidades do lazer, reflexo de ações endógenas (iniciativas ou recriação dos próprios moradores) ou adesão a partir de uma ação exógena (iniciativa de outros entes como é o caso da NESA e da PMA).

Um desses exemplos é a aula de dança, atividade conhecida como “aeróbica”, com destaque a figura do “professor”, aqui entendida como animador cultural para usar um termo mais recorrente no campo teórico (ISAYAMA, 2009). O professor atua como um elo entre a PMA, NESA e a comunidade do RUC:

tipo... tem uns lugar que o Tucano¹⁵ mesmo faz aqueles negócios né? O Tucano faz um aulão¹⁶ aí, ele faz um aulão aí... Ele se formou em Educação Física...é.., ele faz uns “crosfit” com a mulherada aí. Só não lembro os dias da semana, mas tem semana que ele faz ai no barracão, ali na feira. É projeto com parceria da Norte Energia, projeto dele e a Norte Energia, aprovou pra ele fazer. Ele recebe um “dinherin” da norte energia pra fazer esse projeto com a mulherada, até o ano passado tinha, não sei como é que ficou. (ENTREVISTADO 2, 2018)

Mesmo a narrativa do entrevistado 2 indicando um distanciamento em relação a prática descrita, talvez pelo fato de pertencer a outro “circuito do lazer”, nota-se o reconhecimento de mais uma prática de lazer mantida e desenvolvida no cotidiano do RUC. Paralelamente a interpretação, é possível compreender a heterogeneidade presente nos grupos e em suas práticas cotidianas que indicam novos circuitos espaciais do lazer. Há registros dessas atividades desenvolvidas em outras localidades da cidade, a exemplo da Praça do Mirante e da Praça da Independência, em que se notou a presença de moradores do RUC.

De outro modo, o entrevistado 2 narra algumas dificuldades encontradas pelos moradores do RUC, destacando-se: a distância em relação ao centro da cidade; a mobilidade

¹⁵ Apelido dado a um Professor de Educação Física, mestre em capoeira e que desenvolve atividades físicas em alguns bairros por ocasião de um contrato que mantém com a Norte Energia.

¹⁶ O “aulão” a que o morador se refere é uma aula com duração média entre 45 minutos e uma 1 hora. A aula é uma atividade aeróbica, com músicas e coreografias coordenadas pelo Professor e seguida pelo público. Os participantes, em sua maioria mulheres, se referem a atividade por “free dance”

urbana; e os círculos de amizade, em sua maioria, presente em outros bairros próximos ao centro. Soma-se a isso o fato de ainda não estar plenamente estabelecido no novo espaço, relações efetivas de sociabilidade, situação que, na compreensão do morador, justifica a saída do RUC em direção a outros bairros da cidade para a prática de vôlei, futsal, e outras atividades ligadas ao lazer esportivo.

é por que esse não é um gosto só né? [refere-se as aulas de dança]. Se eu fosse fazer questão de uma quadra aqui, seria pra brincar um vôlei, sinceramente, por que pra jogar bola os meus amigos não vão vim de lá pra cá [do centro da cidade]. Tu sabe que é mais gostoso jogar sempre bola com os teu amigos, aí tu tá num lugar assim jogando vôlei, mas tu num joga... num conheço essa galera pra brincar assim não, agora um futebolzim com a galera, pode ser ruim como for, tá com teus amigos (ENTREVISTADO 2, 2018).

A sentença “é mais gostoso jogar sempre bola com os teus amigos” reafirma que o cenário que se projeta com a inserção dos RUC estabelece uma nova dinâmica espacial à cidade e ao conjunto de moradores. Essa nova realidade caracteriza-se por relações de convívio, de vizinhança pouco consolidadas, o que suscita o estabelecimento de novas táticas que se reafirmam no cotidiano da cidade.

Entendemos que, mesmo o lazer constituindo em um instrumental de controle social e espacial, é possível visualizar nas brechas da cidade, práticas que escapam da formalidade, da homogeneidade e da hierarquização do espaço urbano. Essas práticas não programadas estão alicerçadas em relações anteriores à construção da UHBM e que são, por isso, motores de novas relações urbanas frente a uma lógica que visa comprimir essas práticas ligadas a apropriação da cidade e das relações informais.

5 Considerações Finais

Considerando a criação dos RUC na emergência da UHBM, nota-se que os sujeitos reassentados residiam em um perímetro que circundava a área central da cidade, às margens do Xingu e de seus afluentes. Estes, em sua maioria, trabalhadores do comércio e do setor de prestação de serviços na área central cidade, estabeleciam com o rio Xingu e seus afluentes uma relação de pertencimento que se baseava no desenvolvimento de atividades econômicas, nas estreitas relações de vizinhança e práticas voltadas ao lazer.

Todavia, a retirada das pessoas da referida localidade instituiu uma nova configuração urbana, reorientando por completo a dinâmica cotidiana desses sujeitos, cujo efeito é visível nas relações de trabalho, na mobilidade urbana e naquelas que se articulam diretamente às

práticas do lazer. No tocante a essa última dimensão, o lazer, houve uma considerável redefinição, sobretudo em função da acelerada mutação por que passou o rio Xingu em seus diferentes usos. Empreendeu-se, por conseguinte, uma dinâmica cada vez mais mercantilizada, reduzido dia após dia a um maior controle/dominação por parte da NESA e do poder público.

A cidade de Altamira, na perspectiva espacial, ficou mais difusa e, por isso, fragmentada, sobretudo em função das ações de agentes ligados direta ou indiretamente à construção da usina hidrelétrica, incluindo o processo de criação dos RUC. Soma-se a isso uma ineficiente prestação de serviços essenciais como é o caso do transporte público. Essa caracterização repercute diretamente na dinâmica do lazer dos RUC, em especial do Laranjeiras, situado a mais de 4 km da área central de Altamira. Pela análise empreendida, evidenciou-se que alguns moradores não acessam e não vivenciam a cidade como um todo.

O aparente incremento na dinâmica econômica da cidade escamoteia um conjunto de reflexos nocivos que se irradiam pela dimensão social e ambiental. Essa primeira aproximação nos fornece um parâmetro para visualizarmos a complexidade e os desdobramentos de uma obra do porte da UHBM. Do mesmo modo, a reflexão aqui posta nos ajuda a dimensionar em que medida o componente lazer encontra-se nesse contexto, difuso, fragmentado, hierarquizado e secundarizado, características que, aliás, evidenciam a lógica urbana de Altamira que a partir da emergência do empreendimento hidrelétrico são potencializadas.

A previsão contida no PBA relacionada aos espaços e equipamentos de lazer consta de forma precária, para não dizer nula. Quando aparece, está em complemento às atividades de turismo, sugerindo uma concepção mercantilizada do lazer. Na visão do empreendedor da UHBM, o lazer seria como um componente acessório do turismo, efeito de uma intervenção a partir do que o EIA (2009) denominou de “Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer”.

O que na prática parece ser um desajuste ou erro no cronograma de execução da obra, parece-nos que é fruto de um plano que antecede a própria construção do RUC. Esses espaços, além de serem construídos relativamente distantes do centro da cidade, não possuem locais que fomentem a prática do lazer. Soma-se a isso a já mencionada ineficiente prestação de serviços essenciais chegando a um cenário de visível exclusão da dinâmica urbana por parte das pessoas removidas compulsoriamente para o RUC.

Ainda assim, é possível notar, no campo do vivido, a existência de diferentes práticas de lazer nas quais os sujeitos são os maiores protagonistas. Esse protagonismo caracteriza-se pela ação coletiva materializada por diversas táticas de ocupação e produção de novos espaços,

tanto nos limites do RUC, quanto para além destes. Os quintais, a rua, os igarapés, os sítios e as chácaras na área periurbana de Altamira configuram-se em espaços privilegiados para a ocorrência dessas práticas, mesmo diante da sua negação enquanto direito formal.

O desafio que se coloca é pensar a cidade para além da fragmentação, da hierarquização. Convém vislumbrar uma cidade que antes de dividir, inclua, que antes de afastar, aproxime as pessoas a partir da dimensão pública que existe nos diferentes espaços públicos. Esses espaços, porém, não nos parece que devam ser fruto da imaginação de especialistas da tecnocracia, da formalidade burocrática, sobretudo na ordem vigente pautada no lucro. Do mesmo modo, os espaços instituídos a partir de manuais ou de planos como o PBA parecem desconhecer as práticas reais da população e, por isso, resultam em concepções espaciais arbitrárias e estranhas ao local. Ao contrário disso, qualquer política de intervenção relacionada ao lazer deve ser pensada por e a partir das pessoas que vivenciam a cidade na sua totalidade, de modo que os valores da apropriação, do uso coletivo, do uso comum, tenham centralidade nesse processo.

Referências

ALTAMIRA. **Lei Municipal N° 3.092 de 17 de setembro de 2012**. Delimita as áreas que compõem os bairros de Altamira, altera denominações e dá outras providências.

_____. **Lei Municipal N° N° 3208 de 03 de novembro de 2015**. Dispõe sobre a declaração do perímetro urbano do município de Altamira até a área do Pedral.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, Silva Lima. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Belém, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. Licença Prévia (LP) n° 342/2010, de 01/02/2010.

_____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. Licença de Instalação (LI) n°. 770/2011, de 01/06/11.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ELETROBRÁS. **Estudo de impacto ambiental-EIA, Relatório de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte-RIMA Belo Monte**. Brasília, 2009.

ISAYAMA, H. F. **Atuação do Profissional de Educação Física no âmbito do Lazer: a Perspectiva da Animação Cultural**. Motriz, Rio Claro, v.15, n.2, p.407- 413, abr./jun. 2009.

LEÃO, M. B. M. S.; LIMA, J. J. f. **Reassentamento involuntário em projetos de saneamento em Belém do Pará**. e-metropolis, nº 25, p.35- 43, ano 7, junho de 2016.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **La production de l'espace**. Paris. Ed. Anthropos, 1974.

LEITE, R. P. **Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown**. RBCS, Vol. 17, nº49. p.115-134. v.49. junho/2002.

MAGNANI, J. G. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 49. p. 1-34. São Paulo, junho/2002.

_____. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec-Unesp, 2003.

_____. **"Vai ter música?"**: para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. Ponto Urbe [Online], vol.01, n.01. p. 1-23. junho/2007.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. **Estudos do Lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados (Coleção Educação Física e Esportes), 1996.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MIRANDA NETO, J. Q. de. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência**. Tese (Doutorado em Geografia) –Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista- Presidente Prudente – São Paulo, 2016.

MIRANDA NETO, J. Q. de; MENDES, F. J. da C. **Mapa de localização dos RUC**. Mapoteca virtual do LEPURP/UFPA, 2021. disponível em: www.lepurb.com.br/mapas.

MONTEIRO, R. A.; MIRANDA NETO, J. Q. de. **Mapa de localização do RUC Laranjeiras**. Mapoteca virtual do LEPURP/UFPA, 2018. disponível em: www.lepurb.com.br/mapas.

NORTE ENERGIA S.A. **Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. 2011.

NORTE ENERGIA S.A. **Relatórios parciais**. item 4.4.3: reassentamento urbano. Setembro de 2016.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012 (coleção Milton Santos; 2).

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FAULHABER, L., AZEVEDO, L. **Remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FVPP. Fundação Viver Produzir e Preservar. **A voz dos atingidos de Belo Monte: desafios e direitos**. Resultado do projeto nº 105/2014 CT 05 PDRSX. Altamira-PA, p. 1- 63. dezembro de 2017.